



A antropologia, o etnomarxismo e o compromisso social dos antropólogos¹

Gilberto López y Rivas

lopezyrivas@yahoo.com

O professor Lopez y Rivas é antropólogo e professor-investigador do Instituto Nacional de Antropología e Historia (México), do qual foi diretor (1980-1984); tem doutorado na Universidade de Utah; foi assessor do governo da Nicarágua em questão indígena e autonomia (1980 a 1990); membro da Comisión de Concordia y Pacificación (Cocopa) do Congresso Mexicano, assessor do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN); é articulista do periódico La Jornada, autor de 18 livros e várias centenas de artigos. Tem sido professor-visitante e conferencista em universidades de vários países.²

Conferência

COMEÇO AGRADECENDO AO PROF. ROBERTO por esse convite para conversar com os senhores sobre meu livro de bolso intitulado *Antropología, etnomarxismo e o compromisso social dos antropólogos*, publicado pela Editora Ocean Sur em 2010. A Ocean Sur, uma editora nova, edita em diversos países da América Latina e mantém uma revista bimestral chamada *Revista Contexto Latinoamericano*.

Meu livro foi pensado a partir de uma denúncia feita por diversas associações estadunidenses de antropólogos sobre o papel que os cientistas sociais – não somente os antropólogos, mas também os psicólogos e sociólogos – estão desempenhando nas guerras de ocupação no Iraque e no Afeganistão.

Uma antropóloga estadunidense chamada Montgomery McFate liderou um tipo de intervenção antropológica que ela considerou importante para ganhar as guerras do império nesses dois países. Ela organizou, com a ajuda do secretário de Defesa dos Estados Unidos e do Pentágono, um programa especial para dotar de cientistas sociais cada uma das unidades de combate do exército de ocupação dos Estados Unidos nesses dois países. Desse modo, uniformizados e alguns deles armados, esses cientistas sociais desenvolvem estudos sobre redes de lideranças, sobre lealdades étnicas, sobre conflitos religiosos entre sunitas, xiitas, curdos e outros. Eram estudos sobre os diversos agrupamentos étnicos do Afeganistão, tudo com o objetivo de obter informações e repassá-las ao serviço de inteligência das tropas de ocupação, com o fim de ganhar essas duas guerras.

No dia de hoje (3 de agosto de 2010), o presidente Obama anunciou que não vai retirar os 50 mil homens que estão no Iraque até de-

1. Transcrição e tradução de Marcella Rejane Ferreira dos Santos, revisão técnica e notas de Roberto Lima. Conferência realizada em 3 de agosto de 2010, no auditório da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

2. A vinda do professor Lopez y Rivas ao Brasil se deveu a uma parceria entre o PPGAS/UFG e o Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural e do Observatório de Educação do Campo – CAPES/ Inep, esses dois últimos sediados na Universidade de Brasília.

zembro de 2011 e no Afeganistão, mas sim incrementar o contingente em mais trinta mil homens.

Os antropólogos e cientistas sociais que estão atuando nesse programa (e ganhando mil dólares diários) estão a serviço dessas forças de ocupação. No último manual de contrainsurgência que a Secretaria de Defesa dos Estados Unidos elaborou, esses grupos de cientistas sociais participaram ativamente, com um capítulo dedicado exclusivamente aos termos utilizados por esses antropólogos a serviço da guerra de ocupação.³ Nesse sentido, McFate, a idealizadora do programa, declarou que, enquanto seus colegas se preocupam com a intervenção de antropólogos e cientistas sociais na guerra, ela se ocupa em resolver o problema da guerra.

Quero dizer-lhes que esse manual de contrainsurgência que mereceu uma edição especial para os soldados que estão nesses países (Iraque e Afeganistão) foi publicado pela Universidade de Chicago. Essa universidade estadunidense de muito prestígio editou esse manual em um formato que coubesse no colete dos soldados para que estes pudessem estudá-lo no campo de batalha.

Bem, isso desestabilizou a Academia estadunidense, mas não é a primeira vez que ela está envolvida em tarefas de contrainsurgência pelo mundo afora. Recordemos – aqueles que são jovens, com aproximadamente a minha idade – o envolvimento de cientistas sociais no Plano Camelot, aquele plano que investigou as forças armadas chilenas e proveu informações àqueles que planejaram e realizaram o golpe de estado contra o presidente do Chile, Salvador Allende, em 1973.

Essa aparição da “ciência social mercenária” não é única na história dos Estados Unidos. Recordemos também o envolvimento dos cientistas sociais na Segunda Guerra que contou com a intervenção de notáveis antropólogos, como Ruth Benedict e Margaret Mead. Ambas estiveram envolvidas com o órgão que foi o antecessor da Agência Central de Inteligência (CIA), a Office of Strategic Services (OSS). Ruth Benedict publicou um livro muito importante sobre o Japão chamado *O crisântemo e a espada*, em que ela realiza um tipo de estudo conhecido como “antropologia a distância”.

O livro de Ruth Benedict, baseado em entrevistas dos japoneses que se encontravam recolhidos nos campos de concentração situados nos Estados Unidos,

tratou – partindo das correntes de estudo do caráter nacional da antropologia estadunidense – de investigar essa ambivalência da cultura japonesa que se vê refletida no título do livro, a delicadeza do crisântemo e a violência de uma espada. Nesse livro, a autora formula questões, tais como: “Será necessário bombardear o palácio do Imperador?”. Enfim, trata-se de preocupações nada antropológicas mas destinadas a que seu país ganhasse a Segunda Grande Guerra.

Essas preocupações de Ruth Benedict foram respondidas na prática por Herry Truman quando soube, por informações de inteligência, que os japoneses estavam prestes a se renderem. De posse dessas informações, enviou a Hiroshima e a Nagasaki duas bombas atômicas que abriram à humanidade a possibilidade das guerras nucleares.

Dessa maneira, quando nos colocamos a investigar o envolvimento, principalmente de antropólogos nas guerras do Iraque e do Afeganistão, faz-se necessário pensar em um pequeno manual de signos ideológicos e políticos completamente distintos para uso dos jovens antropólogos.

Consideramos importante envolver as novas gerações de antropólogos, razão pela qual meu livro foi pensado, sobretudo, para os jovens antropólogos e cientistas sociais que iniciam suas carreiras. Trata precisamente – a partir desse incentivo que foi a denúncia dos colegas estadunidenses sobre o envolvimento de seus colegas nas guerras imperiais – de traçar uma árvore genealógica do etnomarxismo, uma corrente que se desenvolve na Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH) do México, da qual eu fui diretor entre 1980 e 1984 e que nos anos 60 iniciou um interessante processo de tomada de consciência – prévio ao ano de 1968⁴ – e que significou uma ruptura da geração dos nossos professores.

Esse processo significou romper o cordão umbilical para criticar duramente uma corrente de antropologia mexicana dedicada ao indigenismo de Estado. Consideramos que esse indigenismo ocupava o papel de intermediário das lutas dos povos indígenas em nosso país e que – a partir de dois tipos de processos que se dão no capitalismo, a uniformização e a segregação – tratava de aplicar uma política de Estado, através do Instituto Nacional Indigenista (INI). Esse instituto era um “organismo do colonialismo interno do Estado

3. *Manual de Campo de Contrainsurgência n.3-24*. Uma boa crítica ao manual, que lista os vários conceitos plagiados de importantes antropólogos, foi escrita por David Price, *Prostitución de la antropología al servicio de las guerras del Imperio*. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=58547>>. (Nota de R. L.).

4. O ano de 1968 no México foi marcado pelo massacre de 2 de outubro na Praça de Tlatelolco, onde franco-atiradores de forças oficiais e do exército dispararam em estudantes que ali se manifestavam. Nessa mesma noite, milhares de estudantes foram encarcerados em buscas efetuadas por toda cidade do México. O resultado, de acordo com os grupos de direitos humanos, foram mais de 3 mil mortos/desaparecidos. O professor López y Rivas, um dos sobreviventes, conta que esse dia marca também o período repressivo conhecido como a guerra suja. Uma excelente análise do evento pode ser lida em Carlos Montemayor, *La violencia de Estado en México*. México: Debates, 2010. (Nota de R.L.).

5. A noção de colonialismo interno foi primeiramente apresentada por Pablo Casanova em 1963 e depois desenvolvida em artigos e livros por ele e Rodolfo Stavenhagen.

Mexicano”, utilizando um termo de Pablo González Casanova.⁵

A partir desse momento – dessa crítica de uma geração aos seus próprios professores –, assumimos a tarefa de denunciar a origem colonial da antropologia e sua atuação, considerada por muitos antropólogos como ligada diretamente à ação colonial que vem sendo aplicada desde o século XIX na Inglaterra, na França e em muitos outros países que então iniciaram e perpetuaram suas carreiras coloniais.

Ao fazermos a denúncia ao caráter colonial da antropologia, assumimos também a tarefa de fazer uma crítica desde o marxismo até as raízes coloniais internas ao próprio marxismo. Surgiu, então, uma corrente denominada “etnomarxismo”, que parte de duas críticas simultâneas: 1) ao que poderiam ser as políticas dos Estados latino-americanos, em particular o caso mexicano, para com os povos indígenas; 2) ao marxismo ortodoxo, sistemático e reducionista, que não permitia vislumbrar as sociedades latino-americanas em todas suas conotações de cultura, etnicidade, gênero e grupos de idade. Em outras palavras, nós dirigimos nossas baterias críticas a conceitos como aqueles discutidos por Eric Wolf, em seu livro *A Europa e os povos sem história*, muito utilizados pelos criadores do marxismo em seus posicionamentos a respeito da história latino-americana.

Um exemplo de reducionismo discutido dentro do “etnomarxismo” é o caso dos próprios Karl Marx e Friedrich Engels, que escreveram durante a guerra do México contra os Estados Unidos – conflito a cujo estudo me dediquei com profundidade em um livro que se chama *La guerra del 47 y la resistencia popular a la ocupación*.⁶ Naquele evento, os pais do marxismo vislumbraram um possível desenvolvimento do México a partir da conquista dos territórios pelos Estados Unidos, com a ideia de que o capitalismo traria o progresso uma vez que os estados capitalistas conquistaram outras regiões coloniais e ali se mantiveram durante toda sua primeira etapa de desenvolvimento (e daí também todas as concepções bem negativas de Marx sobre Bolívar).

Também fizemos uma crítica às consequências que essas ideias tiveram, posteriormente, nas concepções obreiristas e proletarizantes dos Partidos Comunistas na era stalinista e pós-stalinista. Criticamos essas ideias centradas na concepção de que haveria uma classe quase que condenada pela Providência a ser a salvadora de toda a sociedade. Nós chamamos essas ideias de reducionismos obreiristas, que faziam possíveis fatos como os que aconteceram no Congresso da Segunda Internacional de 1919, ano em que a Revolução Mexicana estava no seu auge, e não mencio-

naram essa revolução em nenhuma linha de todas as declarações da 2ª Internacional. Isso porque se considerava que uma revolução de camponeses e indígenas não merecia a atenção de nenhum analista socialista daquela época. Isto é, acreditava-se que qualquer processo cujos sujeitos principais não fossem a burguesia e o proletariado estava condenado a ser relegado pela história ao segundo plano.

Neste meu livro, difundimos um pensamento muito distinto dessa mentalidade colonial do marxismo da época de Mariategui, autor que, de maneira muito clara, em toda sua obra, vislumbra de forma pioneira a importância da articulação entre indígenas e revolução socialista.⁷

Este meu pequeno livro não aborda profundamente todos esses temas, mas trata de explicar o surgimento da corrente etnomarxista e como essas ideias que a permeiam foram levadas à prática em dois acontecimentos importantes da história da antropologia mexicana. O primeiro deles foi a luta dos antropólogos mexicanos contra o Instituto Linguístico de Verão (ILV), em 1979. Foi a primeira vez que, como grêmio, nos reunimos coletivamente no Colégio de Etnólogos e Antropólogos Sociais de México para fazer uma tarefa de investigação coletiva que teve como finalidade conhecer as atividades do ILV. Esse instituto foi estudado por volta de trinta ou quarenta antropólogos, e juntos produzimos um livro intitulado *Instituto Lingüístico de Verano en México (La Declaracion Mariategui)*. Nessa obra coletiva, que não elenca o nome de autores, nós estudamos a maneira com que os linguistas operavam e distinguimos os diferentes segmentos que compunham o ILV. Esse instituto trabalhava com um segmento de linguistas especializados em distintas línguas indígenas, um segmento religioso que mantinha e nutria as ideias dos linguistas para traduzir a Bíblia em todos os idiomas indígenas, e um segmento logístico com aviadores, comunicadores de rádio etc.

Nosso diagnóstico foi o de que o ILV estava diretamente ligado às tarefas de inteligência operacional no campo, atuando junto às culturas indígenas, tendo, portanto, missão dupla. Por um lado, levavam à evangelização interessada e, por outro, serviam ao governo dos Estados Unidos ao recolherem e passarem informações sobre as tradições indígenas. Essas ações são muito parecidas àquelas que estão fazendo os antropólogos atualmente no Iraque e no Afeganistão.

Por exemplo, descobrimos que os ingênuos missionários filmavam tudo sobre a sobrevivência na selva, quer dizer: como podia sobreviver uma pessoa na selva sem nenhum tipo de alimento e isolado. Então, os missionários estudavam etnobotânica, a forma

6. Lopez y Rivas. *La guerra del 47 y la resistencia popular a la ocupación*. México: Ocean Sur, 2009.

7. Mariategui, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular; Buenos Aires: Clacso, 2008 [1928].

como se atravessavam os rios nas épocas de enchente; documentavam tudo em filmes e depois repassavam para os manuais de contrainsurgência operacional das diversas forças armadas dos Estados Unidos.

Essa denúncia foi divulgada pela *Revista Proceso*, que publicou um resumo do nosso livro. O impacto na sociedade mexicana foi tal que nós, os antropólogos mexicanos, conseguimos que o governo mexicano expulsasse ou não deixasse que os missionários continuassem fazendo suas atividades em território mexicano. Um grande edifício que havia sido doado a eles foi resgatado pelo Estado mexicano. E assim cessaram essas atividades de inteligência, ao menos no que diz respeito ao ILV.

A segunda importante tarefa que realizamos neste caminho de aproximação às lutas indígenas, de compromisso social e de acompanhamento dessas lutas, foi o surgimento do Conselho Latino-Americano de Apoio às Lutas Indígenas (CLALI). Trata-se de um esforço coletivo de mais de cem antropólogos, entre eles Ricardo Pozas. Curiosamente Arturo Warman – que depois passa para o outro lado, o lado do oficialismo –, que nos anos 80 serviu para delimitar ou delinear algumas posições importantes no campo étnico. Por exemplo, partindo da crítica ao indigenismo, levamos também adiante a crítica do que chamamos de “etnopolulismo”, quer dizer, uma forma encoberta de indigenismo que, através do apoio aparente às demandas indígenas, mantém o controle de suas instituições.

No CLALI elaboramos um documento muito importante no início dos anos 80. Esse documento – o documento de CLALI ou a “Declaração de México”⁸ – foi publicado em várias revistas de antropologia, como a *Revista de Antropología Mexicana*, revistas da América Central e América do Sul. Nesse documento sustentávamos uma série de teses ou hipóteses sobre os povos indígenas, como a de que os povos indígenas eram fenômenos absolutamente contemporâneos. Ou seja, não eram sobrevivências do passado. Ao contrário disso, eram produtos de profundos cataclismos, de transformações; neste documento nós dávamos grande importância ao que no marxismo se denomina “questão nacional”.

Inventamos um termo que se referia à “questão etniconacional” e sobre essa questão nos reportávamos às etnias contemporâneas que, no caso mexicano, têm um peso muito grande. Talvez, no caso do Brasil, muitas coisas não se aplicassem, mas, no

México contemporâneo, observávamos que havia um processo de continuidade e de ruptura da série. Ou seja, os indígenas podiam conservar suas línguas, porém todas suas formas de organização tinham de apresentar o selo colonial, como, por exemplo, as *mayordomias*,⁹ as formas sincréticas de religiões. E nós distinguíamos essas rupturas e essas continuidades. Mas observávamos também, a partir das lutas permanentes, que os povos haviam desenvolvido – ao longo da época colonial e da época independente – motins, rebeliões, insurreições, mas também processos legais contra a Coroa. Os povos nunca foram sujeitos passivos da história, nunca foram atropelados pela história, mas sempre trataram de resistir a todos esses mecanismos de dominação, tanto na época colonial quanto na época do liberalismo.

Cabe lembrar que no México, como em muitos outros países, os povos indígenas foram negados pela jurisprudência, isto é, nenhuma constituição de México reconheceu a presença desses povos de fato, porque se partia do princípio liberal de que todos éramos iguais perante a lei, não se podendo, portanto, fazer nenhum tipo de distinção. Dessa maneira, a partir desse subterfúgio jurídico-político, a presença indígena foi negada e somente no ano de 1992 foi reconhecido o caráter pluriétnico e multicultural da nação mexicana no artigo 4º da Constituição. Nesse sentido, fazíamos notar naquele documento do CLALI não só a natureza permanente de resistência das etnias, mas também a existência de mecanismos do sistema capitalista para explicar a existência das etnias. E aqui fazemos notar essa contradição constante entre uniformidade e segregação, como generalização e particularização. Sustentamos que essas tendências fazem parte da natureza do capitalismo e se expressam nas políticas de Estado.

Um exemplo da tendência extrema de política de segregação é o caso do regime *apartheid* sul-africano, mas também nele estão presentes a assimilação e a integração. O capitalismo opera dessa maneira em todos os processos nacionalistas: como um aparato de permanente ataque às etnias, às distinções regionais, em que, por um lado, se trata de assimilar e, por outro, na prática, segrega as agrupações étnicas. E assim se dá o caso quase esquizofrênico no México, onde o Estado, em nível federal, mantém uma política de assimilação, uniformização, generalização, e, em nível local, como o caso do estado de Chiapas, as oligarquias locais mantêm uma política de diferen-

8. “La declaración de México” foi assinada por mais de cem antropólogos sociais e publicada originalmente em um número especial de *Boletín de Antropología Americana* (1984). (Nota de R. L.).

9. Normalmente realizada em honra do santo patrono da comunidade, a *mayordomia* é uma grande festa em que uma pessoa, o *mayordomo*, dá de comer a todo o povoado. É parte importante dos ritos de passagem que configuram o sistema de cargos. Essa espécie de *potlach* mesoamericano é, às vezes, analisado como um mecanismo de redistribuição de riqueza, que impede a emergência de indivíduos poderosos dentro da comunidade, mas também é e foi em determinados momentos – logo após a promulgação das leis da reforma (1859-1860) e a contrarreforma agrária de 1992 – um mecanismo de endividamento e, em casos radicais, perda de território das comunidades. (Nota de R. L.).

ciação e segregação. Vislumbrávamos a sobrevivência das etnias a partir desses dois processos contraditórios inscritos no próprio conceito de capital e a existência também – inclusive em nível mundial – dessas duas tendências que explicavam a presença dos próprios Estados-Nação.

O capitalismo não foi e não é capaz de resolver essas dissonâncias mesmo com a atualmente chamada “globalização” – mesmo porque o capitalismo já nasce globalizado. Essa tendência à transnacionalização neoliberal não faz desaparecer os Estados. Percebemos que em processos de homogeneização política e monetária em regiões como a União Europeia continuam persistindo as unidades nacionais como um elemento de influência permanente sobre instituições, sobre a própria gente de lá e a existência de setores que acionam essas distinções nacionais. Por exemplo, as votações sobre a entrada ou não da França na União Europeia estiveram marcadas por campos ideológicos distintos que manejavam processos de caráter nacionalista com, por um lado, o Partido Comunista Francês e, por outro, o candidato de extrema-direita Le Pen, sustentando que não se deveria entrar na União Europeia.

Acreditamos que há uma contradição permanente entre um processo de exploração em nível universal e um processo de dominação em nível nacional, ou seja, a dominação tem seu lugar em nível nacional. Ela se mostra na criminalização dos movimentos sociais, na repressão permanente e nos processos de autoritarismo do Estado.

Consideramos que essas declarações contemporâneas acerca do desaparecimento do Estado não são mais que coberturas ideológicas para proteger ou encobrir a natureza profundamente repressiva dos Estados Nacionais. Seu papel é esse: com o desaparecimento do Estado de Bem-Estar, o que temos agora são Estados Gerenciais de Manejo da Dominação Nacional: de controle dos movimentos sociais, de controle dos territórios para benefício do capital transnacional. Nasceram através das elites de todos esses Estados e as chamamos de elites de traição nacional, porque não representam os interesses do que é a nação nesses territórios.

Tudo isso vem sendo elaborado nessa corrente chamada etnomarxismo, que, contudo, também precisava de se nutrir de questões de caráter prático. Assim como tudo, um marxismo sem prática é um marxismo morto, teorizante, intelectualizado. Desse modo, surgiu a oportunidade de muitos de nós – não muitos, alguns; na realidade, poucos –, que sustentávamos essas posições de participar diretamente de

um processo que, depois da revolução cubana em 1959, foi muito importante na América Latina: a Revolução Popular Sandinista. Na Nicarágua, pudemos nos incorporar como internacionalistas, primeiro no processo de integração do débil Estado Nacional Nicaraguense e logo nos dedicamos principalmente ao que foi todo o processo de assessoria sobre a questão étnica, e então pudemos colocar à prova, de maneira concreta, as teses etnomarxistas.

Em primeiro lugar, era preciso reconhecer que o Estado Revolucionário Sandinista dos anos 80, desconhecia absolutamente a realidade étnica daquele país. Um país dividido em dois: pelo lado Atlântico, está povoado com 12% da população, enquanto no Pacífico está o resto: um país que até hoje não tem nenhuma ligação asfaltada do Pacífico ao Atlântico, a não ser por uma velha estrada de terra que passa por Matagalpa de onde se leva muito tempo para chegar ao rio Escondido de onde se parte de El Rama para Bluefields.

Quando triunfou a revolução, em 19 de julho de 1979, como um desafio, os novos governantes se questionaram sobre o futuro da costa do Atlântico, na Nicarágua. Então eles decidiram enviar comandantes guerrilheiros que haviam sido muito heróis na luta militar, mas tinham toda essa bagagem do marxismo mais dogmático que se possa imaginar. Por exemplo, o primeiro-comandante Willian Ramirez, já falecido, que foi enviado pela Frente Sandinista para governar a Costa Atlântica, afirmava que “a solução do problema miskito – note-se que, para ele, a diferença étnica era considerada um problema – está em proletarizar os miskitos, é necessário proletarizá-los”, e também “é necessário convidar camponeses ‘espanhóis’” – porque assim é que são conhecidos os nicaraguenses que vivem no Pacífico – para que entrem na Costa Atlântica como uma nova fronteira agrícola. Dessa maneira, a maioria na Costa Atlântica continuaria sendo de *mestizos*,¹⁰ e a etnicidade na Costa desaparecería sob essa mestiçagem pró-sandinista.

Em consequência disso, durante os quatro primeiros anos da revolução, as populações de miskitos, sumos, ramas, *criollos* – ou seja, as populações garífonas indígenas – resistiram ao governo sandinista como a um governo de ocupação, inclusive de ocupação armada. Na mesma hora em que a revolução se consolidava começaram os esforços dos Estados Unidos para apoiar a antiga guarda somozista e surgiram os ataques e a guerra que deixou mais de 50 mil mortos durante os dez anos da revolução sandinista. (Eu comentava com o Prof. Roberto que eu fui a Matagalpa, junto com Daniel Ortega, e que ele nos propôs realizar o traslado de uma população que es-

10. *Los mestizos*, na Mesoamérica são, por um lado, os indígenas que não se reconhecem como tal (em um fenômeno similar ao que retratou Cardoso de Oliveira com os caboclos), mas também são as pequenas elites locais que se consideram (e/ou são consideradas) “brancas”. No México, em regiões de prevalência indígena, também se identificam como “gentes de razão”, a autodenominada fração populacional urbana de hábitos europeizados (nota de R. L.).

tava vivendo no rio Coco, fronteira com Honduras, e que estava continuamente no meio da guerra.)

Nesse caso concreto da Costa Atlântica, a “contrarrevolução” tinha um apoio social, decorrente dos erros cometidos pelo governo sandinista para com uma organização que se chamava Misurasata (Miskito, Sumo, Rama, Sandinista Aslatakanka), que fez com que seus principais dirigentes fugissem – alguns para a Costa Rica, como Steadman Fagoth, ou para Honduras, como Brooklyn Rivera – e se convertessem em comandantes militares da resistência contra o governo sandinista, que com seus erros havia provocado essa guerra socioétnica.

Estudamos isso a fundo nos anos 80 e enviávamos comunicações urgentes ao comando sandinista sobre o que víamos. Para nós que vínhamos do México, ficava claro que ali estavam cometendo graves erros, produtos dessa herança neocolonial dentro do marxismo e do esquematismo. Eram erros de governança democrática, erros como, por exemplo, de querer impor associações de mulheres a essas sociedades ou de querer impor formas de organização dos bairros de defesa sandinista em comunidades ilhadas residencialmente.

Começaram então a haver negociações com os rebeldes, cabendo-nos assessorá-las em Bogotá e no México. Pela primeira vez desenvolveu-se ali o conceito de “autonomia” para os povos indígenas da Nicarágua. Isto se consolidou em 1984 e, à medida que se formou uma Comissão Nacional de Autonomia, a guerra decresceu e chegou a um nível quase zero. Os comandantes do Misurasata, em Honduras e na Costa Rica, enviavam mensagens dizendo: “Ataquem aqui ou ataquem ali”, mas, assim que a consulta por autonomia crescia, a guerra cessava.

O comprometimento do etnomarxismo teve seus frutos nesse terreno. Foi muito difícil, muitas vidas foram ceifadas até que se aprendesse – o que, para nós, era óbvio – que a Nicarágua também era um estado pluriétnico, plurilinguístico, pluricultural. Foi apenas no ano de 1987 que se consolidou o Estatuto de Autonomia da Costa Caribe de Nicarágua e a partir daí cessou, absolutamente, toda resistência socioétnica dessa Costa.

Neste livro, *Antropología, etnomarxismo y compromiso social de los antropólogos*, também expomos algumas das situações características que os cientistas sociais têm de enfrentar com a transnacionalização neoliberal. Para compreender o segundo tema importante deste livro, usamos um termo que desenvolvemos em um grupo

chamado Paz con Democracia – do qual fazem parte Pablo González Casanova, Víctor Flores Olea, Luis Villoro e outros – que é “ocupação integral da transnacionalização neoliberal”. Nós nos referimos às novas realidades que os antropólogos jovens têm de enfrentar: há uma ocupação por parte desses capitais transnacionalizados que promove sistemáticas mudanças no marco jurídico, introduzindo delitos em países onde eles não existem. É o caso do delito do terrorismo, e como isso explica a criminalização dos movimentos sociais. Também discutimos a forma como os cientistas sociais precisam estudar esses processos novos: por exemplo, como se estão dando o desaparecimento dos sindicatos, a desregularização do capital, os conceitos novos de trabalho, as novas formas de resistência operária, o êxodo camponês e indígena para as cidades (para o norte do país e para os Estados Unidos, no caso mexicano), todos esses processos migratórios.

No livro expusemos novas preocupações para os cientistas sociais com uma realidade que se transforma a cada dia e que se vê também na penetração do narcotráfico na política, tanto em países praticamente tomados, como na Colômbia, quanto o surgimento de narcogovernos no México. Assim vão introduzindo elementos que são enunciados como parte da luta contra o narcotráfico, mas a partir dos quais o que se verifica é uma contrainsurgência passiva e ativa diante dos processos de resistência. No caso mexicano, particularmente, contra o EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional) e o EPR (Ejército Popular Revolucionário¹¹), que são duas das guerrilhas mais fortes e atuantes.

O último tema que quero abordar está ligado à descrição, aos estudos e às análises sobre processos que estão ocorrendo no sudeste mexicano a partir da criação das cinco juntas do bom governo zapatista em 2003.¹² Nossa conclusão se radica nos seguintes fatos: na decadência das instituições estatais; no esvaziamento da política, inclusive no campo da esquerda institucionalizada; na corrupção na prática política eleitoral; na mercantilização da política, inclusive com políticos que vinham de uma esquerda armada e transformaram-se em uma mercadoria do capitalismo. Diante de tudo isso é possível perceber como as autonomias indígenas zapatistas vislumbram uma nova forma de fazer política, uma nova forma de governança, uma nova concepção de vida e de civilização, quer dizer, um processo civilizatório distinto daquele que o capitalismo transnacionalizado oferece.

11. Movimento guerrilheiro mexicano surgido em 1996. Lopez y Rivas faz parte, junto com outros notáveis mexicanos (Rosario Ibarra de Piedra, Miguel Ángel Granados Chapa, Carlos Montemayor, Carlos Monsivais e Don Samuel Ruiz, esses três últimos lamentavelmente falecidos em 2010 e 2011), da Comisión de Mediación entre el EPR y el Gobierno Federal (Comed), uma mesa de negociação entre o EPR e o governo federal para a reaparição com vida de guerrilheiros desaparecidos. A importância da reaparição com vida reside no fato de a desapareção forçada de dois guerrilheiros no ano de 2007 ser similar às ocorridas durante a guerra suja. (Nota de R. L.).

12. Las cinco Juntas de Buen Gobierno foram instituídas pelos zapatistas como resposta ao sistema político mexicano (ou mau governo, no dizer dos zapatistas): Oventik, La Garrucha, La Realidad, Roberto Barrios e La Esperanza (ou Morélia). (Nota de R.L.).

Nesse deserto ideológico que ocasionou, de alguma maneira, a queda dos socialismos reais e essa espécie de triunfo momentâneo do pensamento único capitalista, observamos na Revolução Zapatista de 1994 um divisor de águas em que se vislumbra um novo tipo de atividade política, uma nova forma de participação política.

Então retomamos todo o debate que se tem feito sobre o poder no zapatismo. Como moeda falsa, circulou a ideia de que os zapatistas não querem o poder. Bem, isso foi dito por John Holloway,¹³ mas na realidade, às vezes, pessoas de muito boa-fé localizam e descrevem um fenômeno do jeito que elas queriam que fosse; ou seja, querem colocar a realidade dentro dos parâmetros de suas próprias concepções.

No caso zapatista, observamos a construção de um poder popular distinto. Quando dizem que os zapatistas não querem o poder é porque neles se dá uma situação única e inédita em relação a todos os grupos guerrilheiros da América Latina: o EZLN com muita consciência retirou todos os quadros político-militares dos governos autônomos zapatistas, e suas juntas de bom governo são totalmente civis. Então, seu lema “para todos, tudo; para nós, nada” deve ser explicado nesse sentido: eles não querem ter um governo de militares, mesmo que sejam militares do povo, e por isso se retiraram todos os quadros.

Como se sabe, existem três formas organizacionais dos governos zapatistas: as bases de apoio, os milicianos e os insurgentes. Nenhum insurgente participa dos governos autônomos zapatistas. Então, os governos autônomos zapatistas se baseiam em duas palavras: “mandar obedecendo”. Isso significa, em primeiro lugar, a rotatividade permanente dos cargos do governo; em segundo, a revogação do mandato; em terceiro, a concepção do governo como serviço (ou seja, nenhum governante ou governanta recebe qualquer pagamento por estar nas funções); em quarto, não se cria uma burocracia, uma elite política, uma classe política ou políticos profissionais. Essa é a maneira como as cinco juntas de bom governo estão funcionando.

Claro que não funcionam como na Suíça, funcionam sob cerco militar de penetração, sob um processo de contrainsurgência ativo, com acoso permanente, com grupos da inteligência militar nas comunidades, disfarçados de missionários, de vendedores de sabão, entre outros disfarces. Essa tentativa de “compra” das consciências dos zapatistas com ajuda material está funcionando sistematicamente, com dinheiro para projetos. Mas, às vezes, acontecem casos como o que eu conversava ontem com companheiros e companheiras indígenas da Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Goiás: altos funcionários do governo chegaram até os indígenas com mais ou me-

nos vinte mil dólares para a realização de um projeto, os quais então aceitaram o dinheiro e o rasgaram em pedacinhos, deixando os funcionários perplexos, sem saber o que fazer. A ação dos zapatistas, naquela comunidade isolada na selva Lacandona, foi romper com o fetichismo que se tem em relação à moeda.

Então, são esses os pontos principais que integram este pequeno livro de insurreição antropológica que me permiti escrever, pensando particularmente nos jovens, porque acredito que nessa correria louca nas Academias, em busca de prestígio, pontos, bolsas nacionais e internacionais e nessa espécie de alienação acadêmica de alguns países se faz quase obrigatório plagiar para sobressair-se (China), faz-se muito importante recordar o velho debate que aconteceu nos anos 60 sobre os compromissos sociais, sobre a ideia gramsciana de “intelectual orgânico”, sobre a necessidade de incorporação dos cientistas sociais aos movimentos e sobre as ideias de que os antropólogos têm o papel de divulgar e de sua ação educadora, atualmente.

Também mencionava ontem que há uma grande diferença entre o império e a sociedade civil: a diferença é que aquele tem e mantém aparatos funcionando 24 horas e 365 dias do ano. Dizia aos companheiros e companheiras indígenas da Licenciatura Intercultural da UFG que consultem nas páginas das agências de inteligência estadunidenses o que chamam *Global Trends*, ou seja, “Tendências Globais”. Eu os convidava e convido vocês também a ler esses documentos, para se darem conta de que o que estou dizendo não é um discurso ideologizante da realidade atual.

Em *Global Trends*, eles se empenham em elaborar documentos para duas décadas, eles se reúnem em um hotel luxuoso com os membros mais notáveis da comunidade de inteligência, convidam especialistas de várias áreas e temas para discutir e fazer a projeção do “mundo dos Estados Unidos” – eu traduziria como “o mundo do capitalismo dos Estados Unidos” – até uma certa data e então analisam o que ocorrerá se a China crescer, se as guerras da água vão aumentar... Mas também, nessas “tendências globais” para vinte anos, eles localizam e apontam seus adversários na América Latina e entre eles estão os que eles chamam de “movimentos indígenas” (claro que eles não estão muito a par do que significam esses movimentos para as políticas de Estado; o que eles expõem poderia ser traduzido como “movimentos indianistas”). Dizem que o pior desses movimentos indianistas é que eles podem se aliar a outros movimentos radicais, como, por exemplo, *los piqueteros* argentinos e o MST brasileiro e assim localizam claramente quem eles terão na mira no ano tal, quem serão considerados os “terroristas” no ano tal.

13. Holloway, John. The concept of power and the zapatistas *Common Sense*, v. 19, June 1996. (Nota de R.L.).

Enquanto isso, as academias latino-americanas seguem em seu sono dos justos. Seguem sem entregar seus conhecimentos aos movimentos que estudam minuciosamente, sem estudar os poderosos, sem seguir os ensinamentos de Wright Mills que dizia que temos de estudar os dominantes, as elites, que temos de estudar os mecanismos de repressão e não continuar estudando somente os explorados. Nesse sentido, este pequeno livro é um chamado a essa ciência comprometida com nossa realidade latino-americana.

Obrigado.